

19/06/2013

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 26.284
DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
EMBTE.(S)	: ANTÔNIO DE ALENCAR ARARIPE NETO
ADV.(A/S)	: JOSÉ DE CASTRO MEIRA JÚNIOR
EMBDO.(A/S)	: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA

Embargos de declaração em embargos de declaração em mandado de segurança. Inexistência de omissão. Pretensão de rejugamento da causa. Impossibilidade.

1. Tanto a questão do desrespeito às garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa quanto a alegação dos impetrantes de violação de normas regimentais do Conselho Nacional de Justiça foram devidamente debatidas e afastadas pelo Plenário. Inexistência de omissão.

2. Sendo a matéria debatida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça unicamente de direito, uma vez que relativa à aplicação do princípio da isonomia, a mera apresentação de manifestações e documentos na qualidade de memoriais, por si só, não configura prejuízo à defesa. Precedentes.

3. A pretensão de rejugamento da causa é incabível em sede de embargos de declaração. Precedentes.

4. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, sob a presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos e nos termos do voto do Relator, em rejeitar os embargos de declaração.

MS 26284 ED-ED / DF

Brasília, 19 de junho de 2013.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

19/06/2013

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 26.284
DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
EMBTE.(S)	: ANTÔNIO DE ALENCAR ARARIPE NETO
ADV.(A/S)	: JOSÉ DE CASTRO MEIRA JÚNIOR
EMBDO.(A/S)	: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Trata-se de embargos de declaração opostos por Antônio de Alencar Araripe Neto e outros contra acórdão deste Supremo Tribunal Federal assim ementado:

“Embargos de declaração em mandado de segurança. Inexistência da apontada omissão a ensejar sua interposição. Tampouco se verifica a alegada inobservância de determinada norma do Regimento Interno desta Suprema Corte.

1. O julgamento do recurso enfrentou adequadamente as questões postas pelas partes. Inexistência, portanto, de quaisquer dos vícios do art. 535 do Código de Processo Civil.

2. O argumento de que novos documentos foram apresentados e que sobre eles não se manifestaram os impetrantes, por si só, não implica ofensa ao princípio do devido processo legal, até porque se noticiou, na petição inicial da impetração, que os embargantes tiveram oportunidade de se manifestar nos autos do procedimento administrativo em tela.

3. Embargos de declaração rejeitados.”

Arguem os embargantes que,

“dentre as ilegalidades suscitadas pelos impetrantes contra o ato impetrado, invocou-se a violação aos princípios

MS 26284 ED-ED / DF

constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório (art. 5º, LIV e LV, da CF/88), especialmente pela inobservância de regras expressas que regem o procedimento administrativo, mais precisamente os dispostos no art. 48 do RICNJ e do art. 44 da Lei nº 9.784/99 c/c art. 100 do RICNJ”.

Segundo os recorrentes “constata-se flagrante omissão” sobre esse ponto tanto no acórdão sobre o mérito deste mandado de segurança quanto no acórdão ora impugnado, no qual os primeiros embargos de declaração foram rejeitados. Alegam que o acórdão embargado

“parte da premissa de que a apresentação de novos documentos não é fato suficiente para caracterizar violação ao devido processo legal e para corroborar tal entendimento traz informação de que os impetrantes tiveram a oportunidade de se manifestar naqueles autos, sendo a última no dia 27/6/06”.

Essa informação estaria equivocada, porque os impetrantes ter-se-iam manifestado no procedimento administrativo em 24/07/06, sendo que, após essa data, “seguiram-se diversas manifestações contrárias às pretensões dos impetrantes”. Aduzem que, “sobre essa questão de mérito, repita-se, ainda não se pronunciou o STF, como se infere do exame dos acórdãos já prolatados”. Requerem, portanto, o acolhimento dos embargos para sanar a omissão.

É o relatório.

19/06/2013

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 26.284
DISTRITO FEDERAL**

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Não há nenhuma omissão no acórdão embargado. Tanto a questão do desrespeito às garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa quanto a alegação dos impetrantes de que houve violação das normas regimentais do Conselho Nacional de Justiça foram devidamente debatidas nestes autos. Tanto é assim que o Ministro **Marco Aurélio** ficou vencido quando do julgamento do mérito, por discordar do relator exatamente nesse ponto. Confira-se (fls. 799/801):

“O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - (...) Surge um aspecto, e pediria informação ao Relator: os interessados na preservação da situação delineada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco foram intimados para defenderem-se no processo que teve curso no Conselho Nacional de Justiça? Alega-se que essa intimação ocorrera apenas para a fase inicial. Há uma articulação segundo a qual, juntados documentos a esse mesmo processo, não foram os interessados intimados para manifestarem-se sobre eles. Esses documentos serviram de base à decisão do Conselho Nacional de Justiça?

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR): Peço licença a Vossa Excelência para ler a resposta que foi oferecida a esse item pelo parecer do Ministério Público Federal, que responde, às exatas, o questionamento de Vossa Excelência;

Diz o parecer do Ministério Público Federal:

‘Tal violação aos mencionados princípios não ocorre. Como afirmado na inicial do **writ**, antes da decisão do Conselho Nacional de Justiça, os impetrantes tiveram a

MS 26284 ED-ED / DF

oportunidade de se manifestar sobre o ato administrativo examinado, apresentando suas informações, em que suscitaram ‘preliminarmente, a incompetência do CNJ para apreciar a matéria e, no mérito, a improcedência da representação da AMEPE, também apresentando diversos documentos relativos à **quaestio iuris** em foco’ (fls. 19/20). Ademais, conforme informou a autoridade impetrada, a decisão impugnada transitou em julgado no dia 7/11/06, sem interposição de qualquer recurso.’

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Qual decisão?

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR): A do Tribunal, a originária.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Seria a decisão do Conselho Nacional de Justiça?

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR): Não. A outra decisão. **Por outro lado, o dispositivo regimental tido por violado ressalta a intimação quando for o caso, cabendo ao Conselho Nacional de Justiça, diante da imprescindibilidade dos documentos novos juntados para a solução da causa, decidir pela necessidade, ou não, de manifestação.**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Aí é que não posso subscrever o que assentado.

A partir do momento em que ocorrida a juntada de documento que possa influenciar o desfecho do processo, deve haver a intimação dos interessados, senão o subjetivismo grassa. E a necessidade do contraditório alcança não só o pronunciamento primeiro dos interessados, como o acompanhamento de todo o processo.

Perdoe-me caso Vossa Excelência não concorde, mas é o

MS 26284 ED-ED / DF

meu convencimento a respeito da medula do devido processo legal – o contraditório. Se houve a juntada de documentos que serviram ao convencimento dos integrantes do Conselho e os impetrantes não tiveram vista desses documentos, não considero observado o devido processo legal.”

Ora, entendeu este Supremo Tribunal Federal, por maioria, inexistir violação da garantia do devido processo legal. Entendimento a que se chegou após a análise, inclusive, da questão ora apontada como omissa. A propósito, este Plenário, ao julgar os primeiros embargos de declaração, já rechaçou a existência da mesma omissão aqui alegada.

Cumpre rememorar, ainda, trechos do voto do saudoso Ministro **Menezes Direito**, relator à época, pelo qual, de forma bem fundamentada, afastou expressamente a tese de violação dos postulados da ampla defesa e do contraditório, transcrevo (fl. 772):

“As alegadas ofensas aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório também merecem ser afastadas de plano, estando muito bem enfrentado o tema no Parecer do Ministério Público Federal:

‘(...)

18. Tal violação aos mencionados princípios não ocorre. Como afirmado na inicial do **writ**, antes da decisão do Conselho Nacional de Justiça, os impetrantes tiveram oportunidade de se manifestar sobre o ato administrativo examinado, apresentando suas informações, em que suscitaram ‘preliminarmente, a incompetência do CNJ para apreciar a matéria e, no mérito, a improcedência da representação da AMEPE, também apresentando diversos documentos relativos à **questio iuris** em foco’ (fls. 19/20). Ademais, conforme informou a autoridade impetrada, a decisão impugnada transitou em julgado no dia 7/11/06, sem a interposição de qualquer recurso.

19. Por outro lado, o dispositivo regimental tido por violado ressalta a intimação ‘quando for o caso’, cabendo ao Conselho Nacional de Justiça, diante da

MS 26284 ED-ED / DF

imprescindibilidade dos documentos novos juntados para a solução da causa, decidir pela necessidade ou não de manifestação ulterior dos interessados” (fl. 731 – grifei).

Não obstante o erro material na indicação da data da última manifestação dos impetrantes no processo administrativo (24/6/06, em vez de 24/7/06), o certo é que, conforme assentei no acórdão embargado, nos exatos termos da decisão da maioria dos Ministros deste STF quando do julgamento do mérito,

“a alegação de que novos documentos foram levados aos autos do controle administrativo do Conselho Nacional de Justiça, contra cujo resultado se volta a presente impetração, e de que sobre esses documentos e manifestações não se posicionaram os impetrantes não é fato suficiente para caracterizar violação do devido processo legal”.

Com efeito, sendo a matéria debatida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça unicamente de direito, uma vez que relativa à aplicação do princípio da isonomia, a mera apresentação de manifestações e documentos na qualidade de memoriais, por si só, não configura prejuízo à defesa, conforme já decidido em julgados desta Corte:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO. PREQUESTIONAMENTO. 1. Juntada de parecer da lavra de importante jurista pela outra parte antes do julgamento do recurso extraordinário, sem abertura de prazo para o embargante oferecer resposta. Alegação de ofensa ao princípio do contraditório. Impertinência. 2. O tema discutido no presente recurso extraordinário, referente à extensão da imunidade recíproca aos terrenos ocupados pela embargada, foi expressamente enfrentado pelo Tribunal a quo, o que basta para

MS 26284 ED-ED / DF

o atendimento do requisito do prequestionamento. 3. Embargos de declaração rejeitados” (RE 357447/SP-AgR-ED, Rel. Min. **Ellen Gracie**, Segunda Turma, DJ 6/8/04).

“EMENTA - Processo civil: oportunidade para as partes se manifestarem sobre os memoriais apresentados após a instrução: ausência de previsão legal que não implica violação à garantia do contraditório e da ampla defesa. O art. 456, C. Pr. Civil, ao estabelecer que "oferecido os memoriais, o juiz proferirá a sentença desde logo ou no prazo de 10 dias" - e encerrar, desse modo, sem nova manifestação das partes, a fase instrutória do processo de conhecimento - , não restringe, a ponto de ofendê-la, a garantia do contraditório e da ampla defesa” (AI 209.509/DF-AgR, Rel. Min. **Sepúlveda Pertence**, Primeira Turma, DJ 28/4/2000).

Como se vê, o que pretendem os embargantes é, na verdade, o rejugamento da causa, a fim de que o voto vencido do Ministro **Marco Aurélio** se torne o voto vencedor. Pretensão incabível em sede de embargos de declaração, segundo a pacífica jurisprudência desta Suprema Corte. Confira-se:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. EMBARGOS MANIFESTAMENTE PROTRELATÓRIOS. APLICAÇÃO DE MULTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. I - Ausência dos pressupostos do art. 535, I e II, do Código de Processo Civil. II - Os embargos de declaração não constituem meio processual adequado para a reforma do *decisum*, não sendo possível atribuir-lhes efeitos infringentes, salvo em situações excepcionais, o que não ocorre no caso em questão. III - Aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, ante a verificação do manifesto caráter protelatório dos embargos declaratórios. IV - Embargos de

MS 26284 ED-ED / DF

declaração não conhecidos.” (RE 582.258-AgR-AgR-ED-ED, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, Primeira Turma, DJe de 10/08/12)

“Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. APLICAÇÃO DE MULTA. ARTIGO 538, § ÚNICO, DO CPC. 1. A pretensão de reformar o **decisum** não há como prosperar, porquanto inócuentes as hipóteses de omissão, contradição ou obscuridade, sendo inviável a revisão em sede de embargos de declaração, em face dos estreitos limites do art. 535 do CPC. 2. Segundos embargos de declaração com caráter manifestamente procrastinatório. Aplicação de multa no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor corrigido da causa, nos termos do artigo 538, § único do CPC. 3. **In casu**, o acórdão recorrido assentou: ‘ADMINISTRATIVO. PROFESSORA. CONTRATAÇÃO EM REGIME TEMPORÁRIO APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO À ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO. 1. Inexiste direito líquido e certo à estabilidade no serviço público para aqueles que, após a Constituição de 1988 e sem aprovação prévia em concurso público, são contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Precedentes do STJ. 2. Agravo Regimental não provido.’ 4. Embargos de declaração REJEITADOS.” (ARE 665.977-AgR-ED-ED, Relator o Ministro **Luiz Fux**, Primeira Turma, DJe de 3/12/12)

“Embargos de declaração em embargos de declaração em recurso ordinário em **habeas corpus**. 2. Não ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade. Efeitos infringentes. Descabimento. Caráter protelatório. 3. Embargos de declaração rejeitados” (RHC 106.710-2ºJULG-ED-ED, Relator o Ministro

MS 26284 ED-ED / DF

Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe de 8/11/12).

Ante o exposto, rejeito os embargos.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 26.284

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

EMBTE.(S) : ANTÔNIO DE ALENCAR ARARIPE NETO

ADV.(A/S) : JOSÉ DE CASTRO MEIRA JÚNIOR

EMBDO.(A/S) : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, rejeitou os embargos de declaração. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.06.2013.

Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber e Teori Zavascki.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/ Luiz Tomimatsu
Assessor-Chefe do Plenário